

ACTA Nº07/2007

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A DEZOITO DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE. -----

-----Aos dezoito dias do mês de Dezembro, do ano de dois mil e sete, pelas dezassete horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no Cine-Teatro Municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 07 de Dezembro do ano de dois mil e sete**, com a seguinte:-----

-----ORDEM DE TRABALHOS: -----

-----01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA" – (grelha A) -----

-----01.01 – Apreciação e votação da acta nº06/2007, referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2007.09.28; -----

-----01.02 – Leitura resumida do expediente; -----

-----01.03 – Actividade Municipal – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----01.04 – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

-----02- ORDEM DO DIA -----

-----02.01 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa aos *Documentos Previsionais para o ano económico de 2008 – Orçamento; Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2008/2011*, nos termos da alínea b), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha B); -----

-----02.02 – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para *repartir por um período de quarenta e oito meses os encargos relativos à aquisição dos*

veículos para transporte colectivo de crianças, nos termos do n.º6, do art.º22º, do Decreto-Lei n.º197/99, de 08 de Junho – (grelha A). -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS (ADITAMENTO):** -----

----- **02.03** – *Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para proceder à contratação de um empréstimo a curto prazo – 2008;* -----

----- **02.04** – *Período de intervenção aberto ao público.* -----

----- *Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:*-----

----- *Albino dos Reis Oliveira;* -----

----- *Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques;* -----

----- *António Marques das Neves;* -----

----- *António Ribeiro Gameiro;* -----

----- *Avelino da Conceição Subtil;*-----

----- *Carina João Reis Oliveira;* -----

----- *Constantino da Graça Lopes;* -----

----- *Deolinda de Jesus Lopes Simões;* -----

----- *Elias Dias da Silva;* -----

----- *Francisco Caetano;*-----

----- *Francisco Gonçalo Nunes André;* -----

----- *Humberto Luís Ferraz Antunes;* -----

----- *Joana Luísa Abreu de Figueiredo;* -----

----- *Joaquim dos Reis Gonçalves;* -----

----- *Jorge Manuel Reis Heleno;* -----

----- *José Augusto Dias dos Reis;* -----

----- *José Custódio Ribeiro Faria;*-----

----- *José da Silva Pereira;* -----

----- *José Ferreira Vieira;* -----

----- *José Maria do Vadre Castelino e Alvim.* -----

-----José Maria Henriques de Sousa; -----
-----Luís de Sousa e Silva; -----
-----Manuel Lourenço Dias;-----
-----Manuel Rodrigues Antunes;-----
-----Manuel Tavares Lopes; -----
-----Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira;-----
-----Maria Natália de Sousa Freire Nunes;-----
-----Mário João de Oliveira Santos; -----
-----Natálio de Oliveira Reis; -----
----- Nelson Carlos Lino Lopes; -----
-----Pedro Miguel Fonseca Janeiro; -----
-----Sérgio José Ferreira Ribeiro; -----
-----Sérgio Manuel Gameiro Fernandes; -----
-----Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----
----- Não compareceram, nem justificaram a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----
-----António Miguel Lopes Mangas Reis; -----
-----João Pereira Trezentos. -----
-----Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezassete horas e quinze minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----
-----Senhor Presidente da Câmara: -----
-----David Pereira Catarino. -----
-----Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

-----Humberto Lopes da Piedade; -----

-----João Manuel Moura Rodrigues; -----

-----Vítor Manuel de Jesus Frazão. -----

-----Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

-----José de Oliveira Fernandes; -----

-----José Manuel Pereira Alho; -----

-----Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição. -----

-----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal prestou as seguintes informações: -----

-----O membro da Assembleia Municipal, senhor **Alexandre Herculano Costa Pereira Domingos**, eleito nas listas do Partido Popular – CDS/PP renunciou ao mandato, tendo sido convocado, para efeitos de substituição o senhor **Nuno Miguel Neves Prazeres**, que tomou posse hoje – casado, de trinta e quatro anos de idade (34 anos), residente na freguesia de Fátima, portador do Bilhete de Identidade número, dez milhões, quatrocentos e trinta mil, quarenta e sete (10430047), emitido a vinte e nove de Novembro do ano de dois mil e cinco (29.11.2005), pelo Arquivo de Identificação de Santarém, e possuidor do número de Contribuinte cento e oitenta e quatro milhões, novecentos e vinte e oito mil, quinhentos e quarenta (184928540). -----

----- A Presidente de Junta de Freguesia de Gondemaria, senhora **Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva**, na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua a alínea c), do número um, do artigo trigésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fez-se representar pelo Secretário da citada Junta de Freguesia, senhor **Acácio Manuel Oliveira Marques**; -----

-----O membro da Assembleia Municipal, senhor **João Carlos Gameiro Rodrigues**, eleito na lista do Partido Social Democrata – PSD, na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua o número um, do artigo sexagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove

barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fez-se substituir pelo senhor **Hélder António Vieira Alves**. -----

-----De seguida, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

01.01 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO SEIS BARRA DOIS MIL E SETE, REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A VINTE E OITO DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----Aberto o período de intervenções, registaram-se os pedidos dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES** apresentou a seguinte correcção: na página dezoito, décima linha, onde se lê «...no ponto sete, de certo...» deve-se acrescentar «...no ponto sete, **da sua intervenção** de certo...»; -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** apresentou a seguinte correcção: na página dezasseis, quinta linha, onde se lê «...há dois anos...» deve constar «**a** dois anos...». -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a acta à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com oito abstenções, dada a ausência na sessão.** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

-----Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, datado de vinte e cinco do transacto mês de Setembro, remetendo cópia da resposta governamental ao requerimento sobre a «Revisão do mapa judiciário»; -----

-----Mensagem fax do Ministério da Economia e da Inovação – Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, datada de vinte e seis do mês de Outubro, dando conhecimento da decisão final (não autorizado) relativa ao pedido de autorização de instalação do estabelecimento de comércio a retalho alimentar da insígnia PLUS, a instalar na freguesia de Nossa Senhora da Piedade; -----

-----Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, datado de vinte e dois do transacto mês de Novembro, remetendo cópia dos projectos apresentados a incluir no PIDDAC, ou seja: «recuperação da capela de S. Sebastião, Atouguia»; «intervenção de beneficiação da EN349, zona Urbana»; «consolidação das encostas da muralha do castelo de Ourém»; -----

-----Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datada de vinte e um do passado mês de Novembro, remetendo informação acerca da «Taxa de gestão de resíduos. Taxa de controlo da qualidade da água. Parecer do Professor Doutor Gomes Canotilho.»; -----

-----Acta número quatro barra dois mil e sete da Região de Turismo Leiria/Fátima, datada de Novembro, do ano em curso, dando a conhecer a Moção «Alterações do Governo – reorganização das Regiões de Turismo»; -----

-----Acta da Câmara Municipal de Ourém, datada de dezanove do transacto mês de Novembro, dando conhecimento da posição do Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, no ranking das escolas. -----

----- **A ASSEMBLEIA FICOU INTEIRADA.** -----

01.03 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E

NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO.-----

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhores Secretários, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Em nome pessoal e da Câmara, cumprimentamos V.Exas. -----

Quase a terminar mais um ano, nos termos da lei, passamos a informar V.Exas. sobre a actividade municipal, apontando de forma resumida o que entendemos mais relevante desde a última sessão deste órgão ocorrida em 28 de Setembro passado. -----

1. A Carta Educativa do concelho foi homologada, com orientações por parte da tutela que determinam a maior concentração de alunos e o encerramento de escolas com reduzido número. -----

2. O complexo escolar de Gondemaria foi inaugurado, entendendo nós que constitui um bom exemplo do novo modelo de escola que queremos. -----

3. Estamos já a lançar os primeiros concursos de edifícios escolares que serão financiados no âmbito do QREN. -----

4. Apesar de a Carta Educativa estar homologada, estamos num processo dinâmico que nos recomenda prudência, de forma a evitar investimentos errados. -----

5. Foi já celebrado o protocolo de transferência definitiva da Escola Superior de Educação de Torres Novas para a APEFF. -----

6. A Câmara Municipal celebrou protocolos que enquadram uma comparticipação financeira às IPSS que viram aprovadas as suas candidaturas ao Programa PARES, a saber, a APDAF-

Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família, Centro Social do Olival e Centro Social e Paroquial de Freixianda. Há mais tempo, haviam sido celebrados protocolos de idêntica natureza com o Centro Desportivo, Social e Cultural de Cercal- Vales e Ninho e Centro de Bem-Estar de Bairro, totalizando um esforço financeiro por parte do município de um milhão e quarenta e dois mil euros. -----

7. Após a entrada em vigor do novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, continuamos com os processos em curso que agora têm que ser adequados ao novo quadro legal e têm que ser objecto de decisão sobre a realização (ou não) da Avaliação Ambiental. -----

8. Relativamente ao processo do Plano de Urbanização de Ourém, foi já conseguido o acordo sobre as desafectações da Reserva Agrícola Nacional, após anos de negociações. -----

9. Iniciaram-se já as obras de requalificação urbana de Fátima, através da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria. Porque as memórias são muitas vezes curtas, lembro os grandes investimentos que têm sido feitos na construção e/ou requalificação das infra-estruturas básicas, nomeadamente nas redes de saneamento básico e pluvial, nas redes de abastecimento de águas, ainda em curso, e no sistema de tratamento de esgotos. -----

10. No que diz respeito ao saneamento básico, lembrando que as soluções de tratamento de esgotos estão construídas e que o investimento necessário será em redes, informamos que estão a ser preparados os processos para lançamento dos concursos, com prioridade para a freguesia de Fátima, para a área envolvente da sede do concelho, para a Ramalheira e para toda a zona envolvente da ER 356. -----

Estas prioridades são estabelecidas tendo em consideração as populações servidas, sem dúvida, mas também a necessidade de intervenção em algumas vias que pressupõe a prévia implantação de colectores. -----

11. As orientações que existem por parte do governo são no sentido de, ao longo do próximo ano, termos que decidir sobre a integração dos sistemas de saneamento num sistema multimunicipal. -----

12. Ao nível da Protecção Civil, damos conta a V.Exas. de que, neste momento, as relações

entra a Câmara Municipal e as corporações de bombeiros estão enquadradas por protocolos assinados. -----

O quadro legal do Serviço Municipal de Protecção Civil está a ser alterado. A curto prazo, daremos conta a V.Exas. das implicações do novo quadro na vida municipal. -----

Sempre podemos adiantar que estamos a fazer um grande esforço pela optimização de recursos, face à realidade que temos de três corporações de bombeiros, uma delas com duas secções. -----

13. Foi inaugurada em 12 de Outubro passado a nova Igreja da Santíssima Trindade, obra importantíssima para o desenvolvimento de Fátima e da região. -----

14. Tendo como objectivo combater a insensibilidade existente para a importância do turismo religioso, participámos numa conferência organizada pela Organização Mundial de Turismo, em Córdoba- Espanha, subordinada ao tema “Turismo, Religiões e Encontro de Culturas”. -----

Ainda sobre a mesma problemática, em nome da Comissão Executiva da Região de Turismo Leiria-Fátima, participámos no congresso da APAVT- Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo, em Búzios- Brasil. -----

É nosso entendimento de que devemos persistir neste esforço, para combater as atitudes do governo que, mais que na defesa de uma estratégia global para o país, está ao serviço de interesses fáceis de determinar. -----

A nova lei sobre as regiões de turismo é um claro exemplo do que afirmamos. -----

15. Iniciaram-se já as obras de reconstrução da Casa do Administrador, para espaço museológico. -----

16. No passado mês de Novembro, ocorreu em Altötting mais uma reunião dos municípios com cidades de culto mariano, para preparação de acções futuras de cooperação. -----

17. Foi celebrado protocolo com a Direcção de Finanças do Distrito de Santarém que visa o fornecimento de informação por parte da Câmara Municipal, sobretudo no que diz respeito a processos de obras. -----

18. Mediante protocolo celebrado com outros parceiros, nomeadamente a ACISO, está a ser estudada a viabilidade do aeroporto regional para Fátima. -----

19. Julgamos relevante informar V.Exas. de que, na próxima quinta-feira, vai ser assinado, em Alburitel, o contrato da empreitada para construção do troço Alburitel-Carregueiros, do IC 9. A parte restante, sobretudo a que interessa ao concelho de Ourém, será objecto de concurso durante o primeiro trimestre de 2008, conforme orientação transmitida pelo governo. -----

20. Julgamos igualmente informar que, no âmbito do Plano de Acção para o QREN, estamos a contemplar os principais eixos viários do concelho, de importância regional, enquanto prosseguimos com a beneficiação da rede municipal, por administração directa. -----

21. Iniciámos já a abertura da Rua de Castela, apesar de haver ainda duas situações que foram objecto de providências cautelares. Queremos informar V.Exas. de que temos sempre tentado o acordo, em detrimento da expropriação litigiosa. -----

22. O concurso público para a parceria público-privada respeitante ao novo edifício dos Paços do Concelho ficou deserto. -----

Estamos já a estudar uma solução alternativa para que, através do crédito, possamos resolver o problema, sob pena de comprometermos gravemente os investimentos do futuro próximo. ----

Senhora Presidente, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Esta é a informação que julgamos mais relevante. -----

Ficamos naturalmente à disposição de V.Exas. para os esclarecimentos que queiram solicitar-nos.” -----

----- O senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos – (vide processo devidamente arquivado): -----

----- Situação económica e financeira da autarquia em 30 de Novembro de 2007; -----

----- Relação de processos judiciais. -----

----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** atentou nos seguintes pontos: -----

- informou de que a estação ferroviária de Caxarias poderá vir a ter associado o nome de Fátima, que actualmente se encontra a denominar, de forma incorrecta, o apeadeiro de Chão de Maçãs; -----

- sublinhou a intenção do Governo em apoiar a requalificação da cidade de Fátima; -----

- no que concerne ao PIDDAC e às verbas destinadas ao concelho, concordou tratar-se de um montante exíguo mas, conforme afirmou, deve-se ter em conta outros investimentos, como por exemplo: o valor de sete milhões de euros atribuídos à consignação da obra fundamental para que o concelho tenha acesso ao IC9; a consignação do troço Alburitel/A1 no valor de doze milhões de euros e ainda as obras inerentes ao Tribunal no valor aproximado de quinhentos mil euros; -----

- relativamente ao facto do concurso público para a parceria público-privada respeitante ao novo edifício dos Paços do Concelho ter ficado deserto e perante a intenção em contratação de empréstimo, sugeriu que se procedesse ao respectivo pagamento até ao ano de dois mil e nove, quando, na sua opinião, deveria ser inaugurado. -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA** pretendeu saber em que ponto de situação se encontra o apuramento de responsabilidades no que respeita aos erros e omissões do projecto relativo à obra do novo edifício dos Paços do Concelho. -----

= **JOSÉ MARIA HENRIQUES DE SOUSA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Olival, questionou se estava prevista algum tipo de intervenção nas seguintes vias rodoviárias: -----

- cruzamento da Estrada Nacional trezentos e quarenta e nove e o lugar do Boieiro, que é uma Estrada Municipal; -----

- Estrada Municipal que liga Olival a Casais dos Bernardos, a qual se encontra em muito mau estado. -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** solicitou esclarecimentos relativamente ao certame realizado «I Jornadas de Vinhos Históricos», onde se insere o vinho palhete medieval de Ourém e bem assim sobre a formação ou não de uma associação de vinhos históricos, conforme sugestão no decorrer do evento. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara prestou os devidos esclarecimentos. -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou os documentos abaixo transcritos: -----

Proposta A – “Boa tarde a todos! -----

Este Governo tem assumido uma política de Saúde com a qual discordamos quase em absoluto e que tem sido objecto de acesas discussões e até da sátira dos tão mediáticos «Gato Fedorento». -----

Neste momento entendemos por bem abordar nesta Assembleia um assunto relativo a esta temática e um outro indirectamente ligado, os quais julgamos deverem ser alvo de tomadas de posição. -----

Assim, a *Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo* encontra-se em reestruturação tendo-se conhecimento de um documento que indica a extinção progressiva das Sub-regiões de Saúde e da criação de **Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES)**. Consta que a grande maioria dos aspectos de gestão que hoje são tratados nas Sub-regiões, e até nas ARS's passarão a ser tratados nos tais ACES. -----

É certo que ainda estamos perante um estudo, mas como entendemos que o mesmo não responde minimamente às necessidades de um concelho com a dimensão do nosso, não podemos ficar indiferentes. De facto, relativamente aos concelhos do Médio Tejo, que como se

sabe são servidos por um centro hospitalar que detém três hospitais sediados em Abrantes, Tomar e Torres Novas, prevê-se a divisão em dois agrupamentos de Centros de Saúde: -----

- Um agrupamento com sede em Constância que abrangerá, para além desse município, Ferreira do Zêzere, Tomar, Sardoal e Abrantes; -----
- Um outro agrupamento com sede em Torres Novas e que abrangerá também Alcanena, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha e Ourém. -----

Será que, sendo o município mais populoso do Médio Tejo e não detendo hospital, não se deveria colocar a sede em Ourém que até detém dois Centros de Saúde com várias extensões? Não será esta uma ambição com legitimidade? Ficarão sempre os munícipes de Ourém em segundo plano? E não venham justificar com centralidade, porque nem o Município de Torres Novas o é, e muito menos o de Constância. Não venham também dizer que será por falta de instalações. -----

Note-se que o documento em apreço até apresenta projecções do INE quanto à população de cada concelho, apontando Ourém como tendo 50.183 habitantes contra 37.180 de Torres Novas. Para além disso, a área total de abrangência do agrupamento que nos abrange terá 878 km², enquanto que só Ourém tem 416 km², ou seja 47,4% da área total. -----

Relativamente a este assunto e de acordo com os argumentos acima apresentados, propomos a esta Assembleia Municipal que manifeste o seu desagrado, junto da ARS – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e do Sr. Ministro da Saúde (com o conhecimento do Sr. Governador Civil de Santarém), sobre a proposta de sede do ACES (Agrupamentos de Centros de Saúde) que nos abrange, apresentando uma contraproposta no sentido de esta ficar sediada em Ourém.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO manifestou o apoio da sua bancada relativamente a esta questão. -----

----- Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

Proposta B: “O Sr. *Secretário de Estado da Segurança Social* tem um objectivo claro de combate à fraude e com o qual não podemos deixar de concordar. Para isso, as reavaliações da situação de doença têm sido efectuadas com menor periodicidade, não descurando ninguém. Até aqui tudo bem. Aquilo com que não podemos concordar é que se tratem essas situações como sendo todas fraudulentas. A situação de doença de um trabalhador deve primeiro ser assumida como tal e só depois como uma possível fraude. Vem isto a propósito de os munícipes de Ourém estarem a ser convocados, contrariamente ao que sucedia até há poucos meses, para se apresentarem no Centro de Saúde de Constância à tal Comissão de Reavaliação de Doença. Sabemos que o Centro de Saúde de Constância é muito grande, a população é pequena e tem que se dar maior utilização ao edifício, mas aquilo que não podemos aceitar é o tratamento que se dá aos ourensenses. -----

Tendo contactado a Rodoviária do Tejo, fui informada que existem dois autocarros diários a sair de Ourém para Constância, um às 8h55m e um outro à hora do almoço, demorando o trajecto cerca de hora e meia. Convenhamos que uma convocatória para estar em Constância às 9 horas não pode ser cumprida em transporte público. Mais, dependendo do tipo de doença a pessoa pode até nem se poder deslocar em transporte público. Por outro lado, o concelho não é a sede! E os moradores das freguesias mais distantes, como é que se deslocam? -----

Segundo a Segurança Social de Santarém, em Ourém não existiam condições para efectuar estas verificações, mas o certo é que até agora elas sempre se realizaram em Ourém. -----

Propomos a esta Assembleia que relativamente a este assunto solicite ao Senhor *Secretário de Estado da Segurança Social* e ao *Serviço de Segurança Social de Santarém* que não penalize os doentes de Ourém fazendo-os deslocar a Constância, devendo passar novamente as verificações de situação de doença a serem efectuadas na sua área de residência, ou seja, em Ourém. -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhora CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA expôs o seguinte: “A bancada do PSD associa-se a esta tomada de posição sobre a reestruturação na Saúde e Segurança Social. -----

É de facto de lamentar a falta de importância que é dada ao concelho de Ourém. -----

Isto é motivo para uma revolta da população. -----

A situação de doença de um trabalhador é verificada no Centro de Saúde de Constância? -----

Que sentido isto faz? Com todo o respeito pelo concelho de Constância... -----

E se Torres Novas conta já com um hospital, porque não descentralizar a gestão das sub-regiões em Ourém? -----

Mesmo sendo um estudo, não faz sentido... -----

Penso que a população não pode ficar parada a olhar para estas reestruturações sem nada fazer! -----

O PSD vai iniciar um abaixo-assinado, a começar aqui, nesta Assembleia, o local ideal para se olhar pelo bem-estar da população em protesto por estas situações. Pelo que apelamos aos companheiros municipais que se associem a este descontentamento.” -----

----- **De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou os seguintes documentos: -----

Documento 1: “Ex.ma Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal de Ourém e restantes membros Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

Sr.s Vereadores -----

Caros membros da Assembleia Municipal -----

Boa tarde a todos -----

Esta é uma intervenção de descontentamento... -----

Confesso a todos que estava muito curiosa com a sessão de hoje. -----

E vão já perceber porquê. -----

Como gosto de citações, quero recordar aqui hoje, o Dr. António Gameiro – nosso colega – na sua intervenção na sessão de 30-04-2007 (não vou ler tudo para não maçar): -----

«... Mas, pensando melhor, o Senhor Presidente e os seus Vereadores do Executivo PSD, -----
 poderiam aproveitar para felicitar a actuação do Governo no que tem a haver com as mudanças operadas nas nossas forças de Segurança e no investimento de cerca de 1 milhão

de euros numa nova Esquadra da PSP, há tantos anos reclamada! Basta para isso que a Câmara Municipal disponibilize o terreno ou as instalações? Por outro lado, para além dos 10 milhões de euros para a Av. José Alves Correia da Silva... -----

De facto, **este governo do PS até parece que governa também o município de Ourém, tal é o volume de investimento e obra!** -----

É neste quadro que nos parece ser de sublinhar igualmente, como muito importante, o investimento que vai começar a ser executado na **construção de mais uma sala de audiências no Tribunal e a vinda de mais um Juiz a tempo inteiro para a nossa comarca, num investimento estimado em mais de 500.000 euros!** -----

Ou por outro lado, sublinhar, que por influência e exigência de vários agentes políticos do nosso concelho, teremos até final do ano o lançamento das obras que permitiram a instalação de uma loja do Cidadão com cerca de 18 serviços públicos e mais um conjunto de serviços privados, para poder servir melhor as populações do Concelho! Em nossa opinião ela deve aproveitar os espaços hoje livres no actual edifício do Tribunal, rentabilizando o que já está construído! -----

Este investimento importará em mais de 1.250.000 euros!...» -----

Foi pena na altura não nos ter dado conta da calendarização porque as nossas expectativas saíram goradas! -----

É uma alegria! -----

Meus caros, a isto podem chamar propaganda... -----

Assistimos ao anúncio vergonhoso do PIDDAC para o distrito de Santarém, considerado o pior PIDDAC de sempre. Nada do que aqui foi anunciado pelo Dr. Gameiro, vem espelhado nesse documento... -----

Vamos aos factos, vamos aos números, estes são fáceis de desmentir a propaganda ridícula do Governo, -----

Governo este que nos abandonou. -----

Avaliando o concelho de Ourém no contexto distrital -----

Fazendo uma análise à variação anual -----

Ao peso / proporção face ao contexto -----

À capitação dos montantes – face aos habitantes -----

É sem sombra de dúvidas o pior PIDDAC de que há memória, quando analisada a sua evolução por montantes. -----

Numa comparação total com o continente, o distrito de Santarém é o 2º distrito que mais perde – cerca de 32,5% - só superado por Aveiro – 50,1% -----

Para 2008, o distrito recebe menos 102 milhões de euros, o que corresponde à perda de 2/3 da dotação anual. -----

Se quisermos, podemos fazer um ponto de comparação com o ano de 2005, também com o PS no Governo, onde recebíamos mais de 233 milhões de euros. -----

Significa isto que, para o nosso caso, Ourém, o 2º concelho mais populoso do distrito de Santarém, vai receber em 2008, cerca de 13 cêntimos por habitante destinado a investimento... É um PIDDAC que nos deveria envergonhar a todos... -----

Consultando os CENSOS de 2001, para 46.216 habitantes no concelho, vão cerca de €6.220,00... -----

E qual o destino desta fortuna? Arranjos nas escolas?? Acaso o Governo Socialista conhece de perto o estado do parque escolar de Ourém? Estão de parabéns as escolas que conseguem resultados magníficos com investimentos desta natureza por parte do governo socialista para as suas instalações... -----

(Pe-lea-se)... por mim, estou capaz de pegar nos cerca de 13 cêntimos que me são devidos e devolvo em duplicado, é a contribuição lá de casa... aqui estão €0,26 cêntimos, quem sabe que escola não salvará... nem para uma lâmpada... -----

De facto vê-se que é o governo socialista quem está a governar Ourém... promessas, promessas... -----

Continuando nesta análise... -----

Não está identificado nenhum projecto proposto para a Loja do Cidadão... -----

E a loja Ponto Já... também aguarda melhores momentos – fechada não serve ninguém. -----

Não há qualquer informação relativa ao ministério da saúde sobre investimentos em estabelecimentos desta espécie... -----

Em 2007 estava inscrita uma verba de 250 mil Euros para intervenção no Tribunal de Ourém, sem que o projecto tenha sido concretizado até ao momento. Em 2008 este projecto e esse montante desaparecem! Qual a razão? Ninguém sabe, ninguém viu... €250.000 que se evaporam do PIDDDC de 2007... alguém viu o PIDDDAC 2008?... pois é... -----

O tribunal judicial de Ourém encontra-se em dificuldades para dar resposta em tempo útil ao imenso trabalho e imensos processos que lhe cumpre tratar e julgar, apesar do esforço quase desumano para que os processos não atrasem. Lamentamos profundamente que o PS tenha retirado a verba inscrita em PIDDDAC em 2007 para instalação de mais uma sala de audiências no tribunal de Ourém... Não se faz justiça com o PS... -----

O Dr. Gameiro anuncia aqui hoje que vão já começar as obras no Tribunal de Ourém... Eu pergunto Como? Só se for através de verbas do ministério! Diz o Dr. Gameiro que está assegurado? -----

Se assim é, também deixem-me dizer que é uma falta de respeito pelo concelho de Ourém, a tutela dar conhecimento em 1ª mão a um deputado municipal que aqui o anuncia, e não ao Presidente da Câmara! -----

Olhe, ainda não vimos nada! -----

Seja como for, o governo socialista esqueceu o concelho de Ourém. -----

Haja vergonha que isto não tem outro nome. -----

Há um «herói» (digamos, um personagem) de banda desenhada, de que me recordo, o Wally... e os seus livros, muito ilustrados, continham uma série de peripécias mas a chave para se conseguir «ler» aqueles desenhos era só uma «Onde está o Wally». O leitor era convidado a encontrar o personagem. -----

É um pouco o que o PS fez connosco. «Onde está o PIDDDAC?» é que ainda não percebemos.”

Proposta: “Por impossibilidade de ter estado presente na última sessão da Assembleia Municipal, e porque também nada vi referido na acta da sessão anterior, gostaria de tecer algumas considerações à nova Igreja da Santíssima Trindade. -----

É de uma beleza magnífica. -----

Uma obra também se mede pela expectativa que cria. -----

Durante meses, as vedações de estaleiro, tal como casulo, revelaram uma obra de uma beleza extraordinária! Um dos mais belos locais de culto que se construiu. -----

A cerimónia de inauguração da nova igreja decorreu com muita elevação e honrou a cidade de Fátima com a presença da Sua Eminência o Cardeal Solano em representação do Vaticano, e Sua Excelência o Presidente da República Cavaco Silva. -----

Não é certamente o local mais apropriado para misturar política e religião, mas dada a quadra natalícia e os valores que isso representa, recorde o Bispo de Leiria-Fátima e as palavras com que encerrou a cerimónia: Sophia de Mello Breyner Andersen «...a casa de Deus está assente no chão. Os seus alicerces mergulham na terra... A casa de Deus está na terra onde os homens estão... sujeita como os homens à Lei da gravidade. Porém, como a alma dos homens – trespassada – pelo mistério e a palavra da leveza.» -----

Esta é com certeza a casa dos homens, feita por homens, assente no chão, mas olhando para o Eterno, de referência à celebração dos mais altos valores... -----

Assim, considerando: -----

A importância que esta edificação tem para a cidade de Fátima e por conseguinte para o concelho de Ourém -----

Considerando também ser uma das maiores obras de engenharia dos últimos tempos em Portugal -----

Proponho um voto de Louvor ao Santuário de Fátima.” -----

----- Submetido a votação do plenário, foi esta proposta aprovada por maioria, com uma abstenção do Partido Socialista. -----

Notas finais: “Apenas para manifestar publicamente apreço pelo trabalho desenvolvido pela SRU – empresa municipal, pela recente celebração de contratos e protocolos de importância extrema para a cidade de Fátima.” -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** apresentou o seguinte documento: “Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara e vereação, caros colegas, comunicação social e público presente -----

Começo por uma observação a propósito precisamente da presença de público nestas assembleias públicas. -----

Para mim, a democracia não se esgota, antes estiola, na representatividade, em que meia dúzia de eleitos se instalam nos lugares e vão alternando ao sabor das suas conveniências e idiossincrasias, lutas e jogos de bastidores, com o aval de eleições periódicas cada vez menos participadas. Naturalmente! -----

Para mim, a democracia, se tem a face indispensável da **representatividade**, também tem de ter a imprescindível da **participação**. Que tem de ser permanentemente estimulada. -----

E verifico, com enorme pesar e preocupação que, a juntar a nada se fazer para que estas assembleias sejam participadas, e elas só o serem significativamente quando há casos, e casos pessoais ou de grupos, nem sequer se cumpre o que diz o edital de convocatória que termina «*para constar, e devidos efeitos, será este edital afixado nos Paços do Concelho e lugares de estilo*». -----

Pois o lugar de informação municipal, não será, sequer ao menos um «*lugar de estilo*» em que, ao lado do anúncio dos filmes e do aviso de recenseamento militar, se afixe este edital. Chamo a atenção para o incumprimento, e lamento-o. -----

Duas palavras sobre o actual momento político. -----

No final de uma Presidência portuguesa, a última se o Tratado assinado for ratificado, quando acabarem os festejos e o folclore bom seria que se reflectisse sobre o passo dado e a confirmar. -----

Esgotaria todo o tempo de sucessivas reuniões se arrolasse as questões que levanta este Tratado federalista, neo-liberal, militarista. Só anoto que, enquanto outros Estados-membros negociaram até ao fim, como o caso da Itália que, quase em posição de chantagem, arrancou à última hora mais um deputado, os negociadores portugueses nada negociaram, tudo aceitaram, e nem sequer ao menos se lembraram que temos mais mar que terra, que somos os

«heróis do mar, nobre povo...», que o *mar est nostrum*, e nem o art. 13º que nos retira, constitucional ou tratadamente, da partilha da gestão dos recursos marinhos, mereceu ao menos reservas... -----

Ontem, o salário mínimo subiu para 436 euros e 00 cêntimos e os salários não estarão autorizados a crescer, em 2008, mais de 2,1%. Estamos no reino do rigor ridículo ao serviço da manutenção e agravamento das desigualdades sociais. Aliás, no país que tem o maior leque de desigualdades da chamada Europa. -----

Termino aqui, na que quero chamar a nossa terra. -----

Limito-me a muito do que foi dito sobre o PIDDAC. Já nos habituámos a propor e ter votos favoráveis da oposição e o veto das maiorias na AR. -----

Deixo uma última palavra sobre a mudança, absolutamente radical, do perfil da cidade e do concelho, neste ano, com o aparecimento de grandes superfícies, descentrando a vida da urbe, completamente à margem de qualquer estratégia para a cidade, o concelho e a região, estratégia politicamente pensada e posta em execução. -----

Ao menos, senhores do poder local, os passeios, ao menos os passeios depois das grandes superfícies e nem que seja para as servirem. Passeios naqueles caminhos por onde andam os que andam a pé, às vezes jovens estudantes vindos ou a caminho de casa, entre os Lidl's, Modelos e Intermarchés, ou, então, no antigo centro da cidade, entre o largo da igreja e onde estão as escolas, muitas escolas, no caminho da saída da cidade pelo Lagarinho. -----

Disse.” -----

= **MANUEL TAVARES LOPES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: “A 15 de Março de 1920, Vilar dos Prazeres via nascer Dinísio Oliveira dos Reis que cedo se viria a transformar numa referência para o Concelho de Ourém. -----

Foi desde muito jovem que se dedicou à farmácia, profissão que deixou, temporariamente, para cumprir o serviço militar nos Açores. -----

Regressando das suas obrigações para com o seu país, reinicia as suas funções ligadas à indústria farmacêutica, até se tornar proprietário da farmácia Moderna onde permaneceu durante vários anos e até há bem pouco tempo atrás. -----

Socialmente, foi um cidadão muito interventivo, tendo feito parte, entre muitas outras associações, da Direcção dos Bombeiros de Ourém, da «Sopa dos Pobres» e CRIO. -----

Mas, sem dúvida, que uma das suas facetas mais conhecidas é a de autarca. -----

Comandou os destinos da Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade durante 6 anos, tendo-se tornando num exemplo de dedicação, profissionalismo e competência. -----

No passado dia 01 de Dezembro, o Concelho de Ourém ficou mais pobre. Partia, aos 87 anos de idade, um homem de grande carácter e um autarca extraordinário. -----

Para a história ficam os seus grandes ensinamentos. -----

A sua luta e sacrifício pelo povo da freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade, em particular, e do Concelho de Ourém, em geral, leva o grupo municipal do PSD a propor, a título póstumo, um voto de pesar.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO manifestou a intenção de subscrever este voto de pesar. -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade.** -----

= **VALDEMAR PINHEIRO DE OLIVEIRA** apresentou os seguintes documentos: -----

Documento 1: “Aprovação da Carta Educativa -----

A aprovação da Carta Educativa do Concelho de Ourém foi motivo de acesa discussão nesta Assembleia, que como devem estar recordados, foi aqui discutida e aprovada mais de uma vez. -----

O nosso sistema democrático, com todos os seus defeitos, permite que se pense, se discuta, se reflecta, se reequacione, se recue, se avance e finalmente, se decida. -----

De facto, após muita reflexão, aprovámos aqui a Carta Educativa do nosso concelho. -----

Poderá não ser um documento perfeito, mas é sem sombra de dúvida o resultado de uma longa e profunda reflexão a favor da educação e das crianças deste Concelho de Ourém. -----

Ao tomar conhecimento da homologação da «nossa» carta educativa, fiquei sem dúvida satisfeito, pois esta é a etapa final de um longo trabalho levado a cabo pela Câmara, e a par e passo acompanhado por esta Assembleia entre outros interessados. -----

Com a aprovação deste documento estão reunidas condições para aceder aos fundos que permitirão financiar a reestruturação do parque escolar do concelho. -----

O grupo municipal do PSD quer louvar o excelente trabalho que a Câmara tem vindo a desenvolver, e transmitir ainda uma palavra de estímulo para o próximo desafio que será a operacionalização no terreno das grandes linhas orientadoras da Carta Educativa, assim como a sua constante monitorização e actualização.” -----

Documento 2: “Centro Escolar a Gondemaria -----

Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Ex.mos Senhores Deputados -----

Enquanto Gondemariense é com sentida alegria que venho expressar nesta Assembleia o regozijo pela recente inauguração do Complexo Escolar de Gondemaria. -----

A presença do Secretário de Estado, Dr. Valter Lemos, honrou o concelho e em particular a freguesia de Gondemaria. -----

É para mim significativo ser esta a primeira freguesia a conseguir centralizar toda a população escolar num único local, evitando-se assim a dispersão e a deslocação de alunos de uns edifícios para outros, que até agora acontecia várias vezes por dia. -----

Saúdo a Câmara Municipal e os seus serviços que projectaram a obra pelo arrojo de dotar este centro escolar, não só com as quatro salas de aulas, mas também com sala de actividades de expressão plástica, biblioteca / mediateca, ginásio, sem esquecer os balneários e ainda gabinetes de trabalho para professores e para atendimento aos encarregados de educação; uma verdadeira escola do futuro. -----

O refeitório completa esta lista de equipamentos de que os nossos alunos passaram a usufruir, e será seguramente um importante incentivo ao sucesso escolar. -----

Pelo excelente trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal neste centro escolar, deixo aqui expressa a minha satisfação, desejando que este modelo de escola possa em breve ser implementado em outros locais do concelho.” -----

= **MÁRIO JOÃO DE OLIVEIRA SANTOS** apresentou a seguinte proposta: “Unidade Inserção na Vida Activa -----

Instituto de Emprego e Formação Profissional -----

Loja do Cidadão -----

UNIVA -----

Temos em Ourém, há 12 anos, uma secção da UNIVA que funciona em instalações cedidas pela Câmara Municipal, com uma técnica paga pelo Instituto de Emprego Formação Profissional. -----

Durante estes 12 anos, a UNIVA entrou na vida empresarial do concelho, quer para quem procura emprego, quer para os empregadores. -----

- A média de atendimento cifra-se em 11 pessoas/dia -----

- No ano de 2006 foram registadas 408 ofertas de emprego -----

No ano de 2007 foram registadas 463 ofertas de emprego -----

Mais do que no próprio Centro de Emprego de Tomar!! -----

- Temos uma técnica especializada, cujos serviços até costumam ser requisitados pelo IFP. ----

Porque estão a encerrar um serviço que está agora a atingir a maturidade, e que cumpre, como poucos serviços públicos, plenamente os objectivos a que se propõe? -----

Venho assim propor a esta Assembleia que faça chegar ao Instituto de Emprego e Formação Profissional a manifestação do nosso protesto contra o desejo desse organismo em cessar o apoio financeiro deste serviço, que achamos de capital importância para toda a população do nosso concelho.” -----

----- Solicitando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou de que, dada a relevância da questão, remeteu um ofício ao senhor Presidente do Instituto do Emprego comunicando que não aceitava esta situação pois trata-se de um serviço que é prestado com relevo e à escala do concelho. -----

----- **Submetida a votação do plenário, foi esta proposta aprovada por unanimidade. -**

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou os seguintes documentos: -----

Recomendação: “Numa recente reunião que, como presidente da Junta de Freguesia de Caxarias, tivemos com o Sr. Comandante da GNR, do Posto de Ourém, Sr. Alfredo Henriques Matos, o qual se referiu aos poucos efectivos que estão adstritos aos Posto de Ourém num total de 22. -----

O posto da GNR de Ourém, tem a seu encargo o policiamento, e demais incumbências que lhes estão confinadas, de todo o concelho, com excepção da Freguesia de Fátima, e de 1,5Km² que pertence à jurisdição da PSP. -----

Como se referiu, para levar a efeito o seu trabalho a GNR dispõe de 22 efectivos. -----

Sendo que, destes elementos, alguns estão adstritos apenas ao trabalho dentro do posto, serviço interno, havendo ainda a considerar, que outros se encontram, nomeadamente, de baixa, férias ou folga, restando muito poucos para o trabalho externo. -----

Ora, tendo a GNR em Ourém ao seu encargo, uma população que se estima superior a 22.000 pessoas, são manifestamente insuficientes os efectivos que, no fim de contas, restarão para fazer esse trabalho. -----

É sabido que a segurança dos cidadãos, hoje é uma das mais valias da vida em sociedade, pelo que, é urgente que as forças policiais, possam chegar cada vez mais à população e prestar o seu trabalho, sendo necessário para isso, dotar as mesmas de meios, mormente mais efectivos, para o poderem fazer. -----

Sabemos que, a GNR tem feito das fraquezas forças para tentar chegar onde é necessário, ficando porém, aquém do que gostaria e do que a população reclama e merece. -----

Assim, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara, que estamos certos quererá o melhor para o seu concelho, que desenvolva esforços, junto das entidades que tutelam esta força de segurança, para que, coloquem mais elementos ao serviço da GNR de Ourém.” -----

----- Solicitando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou de que já havia solicitado uma reunião ao senhor Secretário da Administração Interna há cerca de seis meses, a fim de discutir esta questão que apelidou de vergonhosa, pois existem apenas vinte agentes da Guarda Nacional Republicana para assegurarem o serviço em todo o concelho,

excepto Fátima, enquanto que a Polícia de Segurança Pública conta com cerca de trinta agentes para uma área de um quilómetro e meio. -----

Agradecimento: “Sabemos que a Senhora Presidente desta Assembleia Municipal, Dr.^a Deolinda Simões, tem desenvolvido esforços, para proporcionar aos membros da Assembleia, diversas oportunidades, que, sem o seu interesse e esforço não teriam lugar. -----

Referimo-nos, nomeadamente, à possibilidade que nos foi dada de podermos visitar a Igreja da Santíssima Trindade em Fátima, numa visita guiada, antes da sua inauguração, que nos proporcionou, não só ficarmos a conhecer a Igreja no seu todo, como também, os conceitos que estiveram subjacentes ao traçado arquitectónico e decorativo, permitindo-nos interpretar a Igreja no seu conjunto. -----

Hoje, ao olharmos para diversas obras que ali se encontram, sabemos o que é que os seus Autores nos pretendem transmitir, ao estender o traço, desta ou daquela maneira, ou seja, permite-nos perceber a mensagem e simbologia das obras e «ouvir» a voz dos seus artistas, e assim, com mais facilidade interpretar os dois mundos, profano e sagrado, que coexistem na grandiosa obra. -----

Teve também a sua mão e empenhamento, os convites que nos chegaram para assistirmos à sua inauguração. -----

É um esforço que reconhecidamente lhe agradecemos.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “A minha intervenção também começa com uma citação do poeta Aleixo *«para a mentira ser segura e atingir profundidade tem de trazer à mistura qualquer coisa de verdade»*. -----

De facto, a intervenção da senhora Engenheira Carina aplica-se inteiramente aqui porque eu, já precavido, trazia aqui as minhas intervenções nesta Assembleia Municipal. -----

Para além dos dez milhões de euros para a Avenida José Alves Correia da Silva – não são dez milhões mas sim nove milhões e meio como o Senhor Presidente da Câmara, na altura, chamou a atenção – a Loja Ponto Já estava então em construção numa parceria entre a Câmara Municipal e o Instituto da Juventude. Não sei se está fechada ou aberta, é uma questão que os serviços e a Câmara Municipal têm de resolver. -----

Dizia eu que iríamos ter uma Loja do Cidadão e íamos ter também obras no Tribunal. E é verdade. Agora a senhora Engenheira Carina parece não estar habituada a ter paciência. -----

Eu dizia aqui na minha intervenção que «*O IC9, terá um perfil 2 em 1 nos troços rápidos e 1 em 2 nos troços lentos e cruzamentos! Será lançado ainda este semestre*» – e foi, vai ser inaugurado depois de amanhã. «*...e o troço Vale dos Ovos-Alburitel e o troço Alburitel-Ourém só o poderá ser no início do ano que vem*» - o que também é no início do ano. Portanto não falhei. Agora, relativamente ao problema do Tribunal, não há nenhuma falta de verba porque há um Programa chamado Requalificação das Salas de Audiência que tem inscritos dez milhões de euros e o projecto de arquitectura, como o Senhor Presidente da Câmara sabe, está concluído e estão a terminar os projectos de especialidade e estão a decorrer os tramites administrativos necessários para o concurso ser lançado e, como é o valor que esse instituto tem autorização para poder atribuir com ajuste directo. Informaram há bem pouco tempo que no primeiro semestre iniciar-se-ão as obras. -----

Portanto, é preciso ter cuidado porque a senhora deputada é de uma terra onde já se ouviu dizer que se ia fazer, por exemplo, um Centro de Negócios ou um Parque de Exposições há dez anos e a senhora ainda não manifestou aqui nenhuma impaciência com isso. Portanto tenha calma, porque a senhora deputada é a primeira vez que está na Assembleia Municipal, tem de ganhar endurece porque esta coisa da política é a arte do possível, não é a arte de fazer tudo. Portanto nós temos de ter paciência.” -----

Seguidamente, e na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: “DOIS ANOS DE MANDATO, DOIS ANOS DE PERDIDOS!

Senhora Presidente, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Estimados Órgãos de Comunicação Social, -----

Estimado público, -----

Nesta quadra natalícia, gostaríamos de desejar a todas e a todos, bem como a todas as famílias um excelente Natal e um Feliz e Próspero ano de 2008, repleto dos mais sinceros votos de saúde, bem-estar e paz! -----

Nesta quadra, em que também se comemora o nascimento do homem novo, daquele que é capaz de deixar para trás as questões menores e valorizar o que é fundamental para uma existência humana com dignidade, protegida pelas regras da paz e do entendimento, pelos valores do humanismo cristão e progressista, ou seja, pelo sentimento que deveremos viver de verdade, deixamos um apelo ao valor da esperança! -----

Neste sentido, a participação política tem neste contexto, um sublinhado muito importante e que é o de fazer realçar o denodo e o sacrifício que os autarcas têm de assumir e viver na gestão das suas competências, em prol de todos e da melhoria da qualidade de vida dos seus concidadãos. -----

O PS de Ourém, há muito e nesta quadra, apresenta-se unido em prol de um valor: ajudar a criar condições para podermos viver num espaço concelhio de melhor qualidade de vida, com melhores condições para a criação de riqueza e que apresente a marca «Ourém e Fátima» como uma marca notoriamente de qualidade reconhecida no nosso país e no mundo. -----

Para podermos aprofundar esta ideia, organizámos uma Convenção Autárquica em Seiça no passado dia 8, onde cerca de 100 oureenses, autarcas e munícipes que connosco quiseram trabalhar estes temas e onde foram aprovadas várias propostas, entre as quais, uma proposta que levará a que o PS apresente nesta Assembleia Municipal durante o ano de 2008, a sua Estratégia de Desenvolvimento para Ourém 2009-2017, apontando, nomeadamente, os princípios e as soluções que achamos devem ser preconizadas a bem do nosso Concelho. -----

Não acusamos ninguém de falta de estratégia, porque ela não existe, nem nunca existiu. A maioria não a tem, nem a apresenta, mas a oposição fará já em 2008, aquilo que os outros não sabem nem querem fazer. -----

Neste tempo de planeamento, conhecemos no Médio Tejo, Comunidade Urbana onde nos inserimos, vários estudos de estratégia, valorização e projecção de territórios, menos os de Ourém. -----

O nosso Concelho, em razão da estratégia aprovada, saiu tarde da AMLEI e chegou tarde ao MÉDIO TEJO. -----

Num quadro comunitário, onde a filosofia de financiamento, é apostar num quadro de necessidades intermunicipais, não há hoje, um único estudo que nos oriente sobre que estratégia de ligação aos Concelhos que conosco interagem no Médio Tejo. Que projectos podem ser uma mais valia intermunicipal e que se situe no nosso Concelho. -----

Pelo contrário, lemos em documentos como na estratégia TORRESNOVAS.PT – PONTE PARA TODOS, que será entre Torres Novas e Alcanena que se situará o maior investimento do Médio Tejo entre 2007-2013, na chamada Porta Norte – parque industrial. -----

Por isso, não lançamos sobre ninguém nenhuma acusação, sublinhamos antes e mais uma vez, que o Concelho tem a necessidade de pensar uma estratégia... Concelho turístico de natureza religiosa? Concelho multipolar de cariz comercial e industrial? Concelho empresarial disfuncional e a perder empresas, ou a atrair novas empresas e empreendedores? Etc., etc. etc.! -----

Claro que alguém dirá sempre que tem uma folha A4 de ideias, mas quantos as partilham? Com quem foram discutidas? Que estudos e projectos as sustentam? -----

Em 2008, apresentaremos ao povo do nosso Concelho uma Estratégia, mas antes vamos discuti-la com os munícipes. -----

Nesta Sessão da Assembleia, gostaríamos também de enaltecer o esforço levado a cabo por todos os nossos munícipes, no que tange à circulação rodoviária numa grande parte das nossas vias, com especial enfoque em Ourém e Fátima. Não se fazem 20 metros sem um buraco, uma lomba, uma cova, etc. As nossas cidades são um mar de cortes e recortes provocadas por uma rede de saneamento deficiente, executada por quem governa a Câmara Municipal há mais de 20 anos com maioria. -----

Gostaríamos, igualmente, de deixar um apelo aos nossos comerciantes e empresários, para que não encerrem as suas lojas ou deslocalizem as empresas para as Zonas Industriais de Abrantes, VN Barquinha ou Torres Novas. É certo que não fomos capazes de projectar nenhuma nova zona industrial nos últimos 20 anos, mas vale a pena criar riqueza em Ourém e

zelar para que a breve trecho outra realidade seja possível, outra taxa de derrama e outra de IRS. -----

Por fim, uma nota muito particular para a constatação de que no ano em que as aparições de Fátima comemoraram os seus 90 anos, a Câmara Municipal a única iniciativa que lançou foi o Programa 2017, não realizando nenhuma acção de valorização turística da marca Fátima. Não houve qualquer marketing em televisão, rádio ou em jornais. Não houve divulgação, não houve atenção nem investimento, enfim não houve... estratégia! Mas depois, reivindica-se para Fátima visibilidade nas Regiões de Turismo e não somos capazes de fazer nada pela sua promoção.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhora CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA apresentou o seguinte documento: “Dr. Gameiro eu não queria entrar na politiquice, mas tenho que lhe responder: -----

Chame-lhe impaviência, chame-lhe coerência, esteja à vontade, estamos em liberdade democrática. -----

Mas rectifico que é a 2ª vez que pertenço à Assembleia Municipal de Ourém. -----

De uma 1ª vez, é certo que estive pouco tempo, se não se recorda eu digo-lhe: -----

Demiti-me! -----

Pela vergonhosa forma como o PSD nacional, na altura, tratou o processo da criação do concelho de Fátima, considerando então que frustrámos as expectativas que os eleitores depositaram em nós! Demos «o corpo às balas». -----

Posso ser nova, mas sei bem o que se chama coerência política.” -----

----- Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

----- Neste momento, ausentou-se o membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Gonçalo Nunes André. -----

02.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2008 – ORÇAMENTO; GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2008/2011, NOS TERMOS DA ALÍNEA B), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA B).

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezanove mil oitocentos e dezasseis, datado de dez de Dezembro, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião de três de Dezembro daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação dos documentos referidos em epígrafe, nos termos legais acima citados. -----

----- Foi ainda remetida cópia dos documentos acima citados (em suporte digital – CD), os quais, para melhor análise e apreciação, por parte do plenário, foram previamente facultados a todos os seus membros constituintes – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- A fim de facultar ao plenário um conhecimento mais pormenorizado e resumido relativamente à matéria em análise, foi elaborada uma projecção em tela – (vide processo devidamente arquivado) – a qual foi comentada objectivamente pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- A fim de complementar esta exposição, o Senhor Presidente da Câmara enunciou, de forma concisa, as necessidades/prioridades emergentes em cada uma das freguesias do concelho. -----

----- Finda a exposição, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a forma como foi exposta a matéria, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** apresentou o seguinte documento: “Ano a ano, estes documentos vão ganhando qualidade. Vê-se que há trabalho técnico-profissional que melhora de ano para ano. -----

Congratulo-me e cumprimento, independentemente dos desacordos quanto a algumas fontes – que são ou que não são – e interpretações. -----

Gostaria, por exemplo, de ver mais actualizados alguns indicadores da caracterização do concelho, e era possível. -----

Já há, por exemplo, dados demográficos relativos a 2005 com grande significado para Ourém, a atingir 50 mil habitantes, e o documento fica-se em 2001 e nos 46 mil. -----

Há muitos dados, quer nacionais, quer distritais ou concelhios, trabalhados para a Conferência Nacional do Partido Comunista Português sobre questões económicas e sociais, realizada a 24 e 25 de Novembro, dados que, se não fosse o preconceito e outras coisas, valorizariam este trabalho. Mas adiante... -----

Sei que não tenho tempo, e não vou esperar que a Senhora Presidente me lembre o regulamento. -----

Em cada linha do Orçamento, das Grandes Opções do Plano me deteria e ficaria, procurando reflectir convosco. É impossível. -----

Importante é sublinhar que este é um exercício. Estes orçamentos não reflectem a realidade e não vão ser, ou sequer procurar ser, executados tal como se propõem para aprovados serem. São intenções afirmadas para serem aprovadas, e assim se cumprir o ritual. -----

Refiro, por ser paradigmática para mim, uma linha orçamental, 02.003, projecto 2003/78 – **capela de S. Sebastião**: realizado, nada, obras de primeira intervenção 15 mil euros para 2008 com financiamento já definido, estudos e projectos para 2009 e 2010 num total de 30 mil euros, para obras em 2010 e 2011, num total de 400 mil euros, sendo 300 mil euros em 2011. Resistirá a pobrezinha?, que anda por estes orçamentos há décadas, que isso sei eu... -----

E em que buraco se terá perdido o **projecto do golfe em Caxarias**, que também andou aqui pelos orçamentos e até terá motivado, se bem me lembro, uma empresa ligada ao projecto. ---

E se estes trocos, em cêntimos..., a grande e complicada **operação financeira**, para não dizer trapalhada, ligada aos **novos Paços do Concelho**, que reflexo tem nestes documentos? -----

Termino, não sem antes deixar uma questão: sem a reabilitação urbana de Cova da Iria, sem a operação dos **Monfortinos**, sem o **complexo desportivo municipal de Fátima**, sem tudo que teria a ver com um outro concelho que deveria ser, que dimensão teria este orçamento e estas opções do plano? -----

Longe de mim querer acirrar inaceitáveis rivalidades, mas **falta uma estratégia (seria de fazer uma sabatina sobre este assunto), para Ourém, para Ourém concelho menos a reboque**

de uma cidade que concelho deveria ser e que não o é apenas à míngua de uma promulgação.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “De facto, olhamos para este orçamento e, quem percebe um pouco de leitura orçamental, é fácil dizer que as receitas próprias são mais que os outros financiamentos. O Senhor Presidente aumenta, empola o Orçamento em quinze milhões de euros de receitas que traz receitas de capital que não sabe se vão ter lugar, nomeadamente, uma parte significativa através de financiamento para depois pagar seis milhões e duzentos mil euros que tem ali na área da despesa para pagar os Paços do Concelho. Portanto, é fácil dizer que as receitas próprias são mais do que as outros rendimentos, nomeadamente, o financiamento que vem através do dois fundos e do IRS. -----

Gostava de dizer que, de facto, aparentemente, o Senhor apresenta aqui um Orçamento com receitas próprias acima de outras receitas, mas, na verdade, se não estivesse extrapolado uma receita própria de doze milhões para vinte e sete milhões de euros – deve ser o único concelho, ou melhor, penso que é Ourém e Cartaxo – que nos respectivos Orçamentos para dois mil e oito, empolam significativamente. Quando as receitas em todos os municípios baixaram, em Ourém crescem quinze milhões de euros. De facto, está aqui escrito que as receitas próprias são mais do que as receitas de financiamento mas sabemos bem que as receitas próprias são assim porque têm por detrás um aumento não fundamentado de bens porque, quando o Senhor Presidente da Câmara diz aqui que vai vender os Monfortinos ou transferi-los para outra entidade, relembro que estamos a pagá-lo durante dez anos e portanto tenho algumas dúvidas sobre essa transferência de propriedade de um bem necessário – talvez o Senhor Presidente possa explicar isso melhor. -----

Relativamente aos Paços do Concelho, tenho muitas dúvidas que o Tribunal de Contas vise um empréstimo nestes termos porque aquilo que o Tribunal de Contas está a fazer, obrigado pelas regras internacionais, é somar a conta vinte e dois à conta vinte e seis um, o que acho errado e discordo, mas é o que está a acontecer. -----

Compreendo bem o exercício que tentou fazer neste Orçamento, mas sinceramente discordo dele e portanto vou votar contra.” -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL** expôs o seguinte: “Gostaria de levantar uma questão que tem a ver com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara no período de Antes da Ordem do Dia, ou seja, deu conta de um protocolo com a Direcção de Finanças de Santarém e

a propósito fez a apologia de que é preciso pagar impostos. Já sobre o Orçamento, falou em política de perseguição às empresas. É que com esta perseguição às empresas, a Câmara Municipal tem beneficiado a nível do IMT e do IMI, impostos que têm subido bastante. De facto, esta política de captar receitas pode ter algo de persecutória mas, quem anda nisto, sabe que aqueles que cumprem fazem-no, muitas vezes, com dificuldade porque não está fácil e são prejudicadas por aqueles que não cumprem e que acabam por fazer concorrência desleal. ----

Queria ainda questionar: acha que o Orçamento apresentado é exequível? Dou um exemplo concreto: receitas de capital estão previstos dezasseis milhões novecentos e vinte mil euros, até Novembro e de acordo com a informação prestada, foram realizados cinco milhões setecentos e vinte e nove mil euros, mas, ainda falta o mês de Dezembro. Denuncia-se aqui uma situação que parece um pouco hipotética – passar de cinco, seis ou até sete milhões para dezasseis milhões. Grande parte tem a ver com o negócio dos Monfortinos e dos Paços do Concelho, que ao que parece já estão de parte. -----

As despesas de capital sobem um pouco mas, de facto, o grande problema é nas receitas de capital. -----

Uma outra questão que gostaria de colocar, é o seguinte: quais as implicações neste Orçamento – se é que estão traduzidas – do facto da Câmara Municipal ter dado instruções – não por escrito – para as empresas não facturarem os trabalhos de Novembro e Dezembro relativo a obras em curso. Quanto é que isso representa? Está previsto no Orçamento? Na minha estimativa, são cerca de dois milhões e meio de euros, sendo que o valor realizado até agora é de dezanove milhões e quinhentos mil euros. Nem tudo será das obras em curso mas mesmo assim, é dinheiro. Isto já se encontra reflectido no Orçamento?” -----

= **MARIA AGRIPINNA FERREIRA CARRIÇO LOPES VIEIRA** expôs o seguinte: “Gostaria de colocar duas simples questões: -----

- Quando o Senhor Presidente falou das necessidades em cada uma das freguesias do concelho, referiu a criação de uma Escola Básica Integrada para Caxarias, porém não referiu a de Freixianda, pergunto, foi uma alteração imposta pela Carta Educativa ou foi um lapso na sua apresentação? -----

- Também referiu a necessidade de melhoria do Parque Escolar do concelho, de facto, é evidente e não posso estar mais de acordo com isso, no entanto, falou sobretudo da necessidade da criação de um complexo escolar em Fátima. Contudo, fiquei um pouco

surpreendida porque, se bem percebi, a Câmara pretende transferir o edifício dos Monfortinos, que segundo creio é seu, para a INSIGNARE. Não seria de guardar esse edifício para as escolas de Fátima?” -----

= **ELIAS DIAS DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel, expôs o seguinte: “Uma vez que a Carta Educativa do concelho foi homologada e o Senhor Presidente da Câmara referiu o complexo escolar em Alburitel, bastante necessário, porque aquela escola, conforme já disse, pessoas com mais de setenta anos já andaram naquela escola, portanto pensamos que é urgente o complexo escolar. Há uma proposta que o Senhor presidente já disse que está com valores altos mas, os proprietários estão na disponibilidade de renegociar por valores substancialmente mais baixos, só que ainda não receberam nenhuma contra proposta. Porque a localização do terreno é a que tem mais consenso por parte da população, por isso seria de continuar a lutar pelo mesmo. Em sentido figurado «tomamos posse ontem, depois de amanhã acaba o mandato, por isso era urgente que começássemos a trabalhar. -----

Pedia ao Senhor Presidente da Câmara que, com a urgência que lhe fosse possível, agendasse uma reunião conjunta para efectivamente falarmos sobre o complexo escolar em Alburitel. -----

Um outra questão tem a ver com o facto do Senhor Presidente da Câmara não ter referido a estrada de Alburitel-Seiça passando por Fontainhas. É uma estrada que precisa urgentemente de ser intervencionada. -----

Também há aquele acordo entre o Senhor Presidente e o Presidente de Torres Novas relativamente à estrada de Fungalvaz, pergunto, ainda se mantém esse acordo?” -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: “Etimologicamente falando, política do grego politiké, é a arte de governar a cidade. -----

Os municípios são caracterizados por 4 elementos constituintes: o território; o agregado populacional; os interesses colectivos e os órgãos representativos da população. (cujos membros são eleitos por estas) -----

O território é o que temos, sem previsões de alteração na dimensão. -----

O agregado populacional tem crescido, pelo menos nos dados oficiais de que dispomos. -----

Os órgãos representativos da população somos nós – eleitos e em condições de votar este orçamento. -----

Os interesses colectivos – estão representados neste orçamento. Não da forma que todos desejaríamos, obviamente muitas reservas têm que ser feitas aos investimentos aqui previstos, mas também compreendemos a situação delicada em que as autarquias estão envolvidas, muito em parte devido a uma Lei das Finanças Locais que tem estrangulado grandemente as capacidades evolutivas das câmaras municipais. -----

Temos um número crescente de despesas correntes resultantes da colocação ao dispor da população de alguns equipamentos e infra-estruturas, os quais não são autosustentáveis. Note-se que segundo o orçamento apresentado, as despesas correntes em 2008 irão crescer relativamente ao corrente ano, mas mais moderadamente do que o ocorrido entre 2006 e 2007. Será ainda de referir o crescente aumento de competências transferidas da administração central e que de ano para ano crescem ao orçamento municipal um número elevadíssimo de despesas sem a correspondente receita. Não vamos mais longe, e como exemplos refiram-se os custos inerentes ao transporte escolar o qual se prevê atingir um custo de um milhão e duzentos mil euros, ou mesmo as actividades de enriquecimento curricular que atingem um custo de quinhentos e oitenta mil euros. -----

Quantos municípios neste país procuraram responder às novas exigências dos transportes escolares e se prontificaram desde logo a adquirir um número suficiente de veículos para transporte das suas crianças? Note-se que é despesa sem qualquer participação. -----

Não podemos deixar de frisar o atraso na apresentação de todos os regulamentos do novo Quadro de Referência Estratégico 2007-2013, o qual se encontra a prejudicar muito as autarquias, e a nossa não é excepção. -----

É de salientar a fatia do orçamento que cabe à Educação e a qual se entende ser uma prioridade nos próximos anos de forma a requalificar todo o parque escolar da responsabilidade da autarquia, fazendo-o responder á nova realidade e às tendências emergentes. -----

Não podemos deixar de reconhecer todo o trabalho técnico executado nestes «Documentos Previsionais 2008», ficam de parabéns os técnicos que colaboraram neste Documento. -----

Por: -----

- compreendermos difícil a situação em que se encontram as autarquias, na qual Ourém se inclui; -----

- ainda mais com um PIDDAC que em nada vem facilitar o papel da autarquia; -----
- por sistematicamente lhe tem sido imputado funções que competiam à administração central do Estado; -----
- por termos esperança no novo QREN, para resolver e apoiar investimentos, que infelizmente não vimos espelhados noutros sítios; -----

Por tudo o que foi exposto, o PSD vota favoravelmente este orçamento.” -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, expôs o seguinte: Gostaria de dizer que é um privilégio poder votar o Orçamento, pois parece que a futura lei vai impedir os presidentes de junta de votarem o Orçamento, e irei votar favoravelmente, embora tenha que dizer que, num primeiro momento, quando olhei para o Orçamento tive a mesma reacção que a Câmara teve quando olhou para o Orçamento do Governo, a respeito do PIDDAC. Fiquei um pouco preocupado porque no Orçamento do ano passado o jardim de infância de Sandoeira aparecia com uma verba e durante o ano andámos sempre à espera dos projectos que agora parecem estar concluídos. No entanto, não aparece no Orçamento, deste ano, uma verba para esse jardim de infância. Fico, no entanto, mais sossegado uma vez que o Senhor Presidente da Câmara disse que realmente a reestruturação desse edifício continua a fazer parte dos planos da Câmara Municipal. -----

Fico também contente com o complexo escolar para o resto da freguesia que se encontra também em fase de projecto. -----

Estou ainda muito satisfeito com a alusão do Senhor Presidente da Câmara sobre o saneamento nas zonas adjacentes à EN356, era uma preocupação nossa e fomos ouvidos. ---

Queria também dizer que o nosso edifício da Junta de Freguesia ainda não foi inaugurado.

Gostaria que o fosse, com pouca pompa mas com muita circunstância, e ainda no decurso deste mandato. Porém, para que isso aconteça, falta mais uma pequena ajuda da Câmara. ---

Queria também dizer que a nossa freguesia faz parte de um conjunto de freguesias e que tudo o que se passa de bom nas outras freguesias também é bom para a nossa.” -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou os devidos esclarecimentos. -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do**

plenário, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com oito votos contra – seis do Partido Socialista, um do Partido Popular e um do Partido Comunista Português. -----

----- Seguidamente, foram apresentadas as seguintes declarações de voto, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO**: “Votei contra por não querer de nenhum modo, sequer pela abstenção, avalizar um documento que, não obstante a qualidade técnico-profissional, não reflecte política e socialmente a situação do concelho, e não vai contribuir para a definição e concretização de uma estratégia ao serviço das populações. -----

Cumpre-me um ritual e para este peditório não damos... -----

E acrescento que, tendo as receitas próprias a importância que têm, e sendo o artifício que podem ser, o que mais me preocupa é 2009, dada a eventual alienação de património em 2008!” -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, na qualidade de Presidente de Junta da Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Como alguns, também gostaríamos de estar contentes mas não estamos. -----

Votámos favoravelmente, por compreendermos que o orçamento é para o município um instrumento vital para a sua actividade. -----

Porém, do município também faz parte a freguesia de Caxarias, que representamos aqui. -----

Esta, é uma vez mais, preterida no seu cômputo geral. E quando se assiste, no séc.XXI, a existência de carências tão básicas e primárias, como, nomeadamente, estradas por asfaltar e luz eléctrica em sítios onde vivem pessoas, não podemos estar satisfeitos. -----

Ninguém pede aquilo que já tem, deve ser assim com toda a gente. Mas, pedir aquilo que é urgente e quando já é a própria voz do povo que se manifesta descontente, e não é só a voz dos habitantes em Casais da Abadia, são também muitos de outros lugares, como da Barreira, do Cogominho, de Caxarias, de Pisões, de Pontes e outras, estas vozes devem ser ouvidas, têm de ser ouvidas. -----

Pelo que, no plano substancial, e no que tange à ausência de investimentos previstos para Caxarias, não podemos estar satisfeitos nem o estamos. Já se apodera de nós alguma desilusão. -----

Registámos contudo, as palavras do Sr. Presidente da Câmara no que se refere a Caxarias, onde concorda com a necessidade de intervenção e investimento, num gesto de mea culpa mas não chega Sr. Presidente. Pois, continuamos à espera das obras, que, sempre prometidas têm sido sempre adiadas.” -----

----- Solicitando autorização para responder a esta declaração, o Senhor Presidente da Câmara afirmou não aceitar a interpretação das suas palavras por parte da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Caxarias, como «um gesto de mea culpa», considerando-a muito incorrecta, pelo que manifestou o seu desagrado. -----

= **JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Exma. Sra. Presidente da A.M. -----

Exmo. Sr. Presidente da C.M. -----

Srs. Vereadores -----

Srs. Deputados Municipais -----

Minhas Sras, meus Srs. -----

Antes de mais queremos começar por realçar mais uma vez a boa apresentação dos documentos que ano após ano regista melhorias. -----

Relativamente à análise do orçamento para 2008 e das GOP's para o período 2008/2011, estamos em crer que estamos perante um Orçamento e GOP's condicionados e que pouco significado terão, pois devemos estar dentro em breve novamente reunidos para analisar documentos rectificativos. -----

No entanto, e enquanto os outros não vêm, começaremos por registar um crescimento de 11,62% no Orçamento. No entanto, este valor estará inflacionado com engenharias financeiras que podem ou não verificar-se pelo que voltamos a identificar os documentos em apreço como documentos condicionados. -----

Atendendo a que estes são para já os documentos que temos, começamos por em abono, registar a manutenção do equilíbrio entre receitas/despesas correntes e por conseguinte receitas/despesas de capital. Embora que, a este respeito se regista um decréscimo e que se

tem vindo a acentuar, da poupança das receitas correntes e que são empregues em despesas de capital. Terá esta situação haver com o início do fim do ciclo eleitoral? -----

Relativamente às despesas correntes, nota-se que o controlo destas despesas tem sido em grande parte feito à custa das despesas com Pessoal. Será que estamos perante um aumento da eficiência e da eficácia dos vários serviços ou estaremos a transferir alguns serviços para terceiros? Não estará o executivo camarário a contribuir para o aumento da precariedade do emprego? -----

Quanto às GOP's: -----

Pese embora hajam obras que a Câmara se propõe executar e que merecem todo o nosso apoio, não concordamos com a prioridade de outras, que mais parecem «obras do regime» em detrimento de algumas obras de elevado interesse público e que produzem factores multiplicativos de desenvolvimento como sendo, a criação e requalificação de zonas industriais ou a concretização «já» de projectos como sendo as variantes às cidades de Ourém e Fátima previstos apenas para 2011, ou o Centro de Congressos de Fátima cuja execução também está prevista para 2011. -----

No entanto, a prioridade deste executivo está centrada noutras áreas e os constrangimentos que todos conhecemos está a condicionar a boa gestão dos dinheiros públicos. -----

Porque o Orçamento de 2008 e as GOP's 2008/2011 propostos divergem naquilo que na nossa opinião é o mais importante para o nosso Concelho, o nosso sentido de voto é naturalmente desfavorável às suas aprovações." -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

----- Neste momento, ausentou-se o membro da Assembleia Municipal, senhor Jorge Manuel Reis Heleno. -----

02.02 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA REPARTIR POR UM PERÍODO DE QUARENTA E OITO MESES OS ENCARGOS RELATIVOS À AQUISIÇÃO DOS VEÍCULOS PARA TRANSPORTE

COLECTIVO DE CRIANÇAS, NOS TERMOS DO N.º6, DO ART.º22º, DO DECRETO-LEI N.º197/99, DE 08 DE JUNHO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezanove mil e noventa e oito, datado de vinte e sete de Novembro, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia dezanove daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, autorização para repartir, por um período de quarenta e oito meses – prestações trimestrais e com valor residual de três por cento, os encargos relativos à aquisição das viaturas a seguir indicadas: -----

----- Três mini-autocarros de vinte e sete (27) lugares (mais um para o condutor), de marca Toyota, modelo Ótimo 2kLV, pelo preço unitário de cento e quatro mil seiscentos e treze euros e trinta cêntimos (104.613,30€), num total de trezentos e treze mil oitocentos e trinta e nove euros e noventa cêntimos (313.839,90€), (IVA incluído); -----

----- Cinco mini-autocarros de dezanove (19) lugares (mais um para o condutor), de marca Iveco, modelo 50C15B, pelo preço unitário de cinquenta e nove mil cento e quarenta euros e trinta e dois cêntimos (59.140,32€), num total de duzentos e noventa e cinco mil setecentos e um euro e sessenta cêntimos (295.701,60€), (IVA incluído). -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “Gostaria de colocar uma questão acerca do assunto. De facto, estamos de acordo com a aquisição, só não percebemos é que, com um orçamento que aumenta quinze milhões de euros para dois mil e oito, porque é que precisamos de repartir isso por tantos anos. Com quinze milhões de euros de receita a mais, essa despesa é bastante residual. Votaremos favoravelmente, não queremos obstaculizar que a Câmara faça a melhor gestão possível, só que isso, ninguém percebe – ter mais de quinze milhões de euros e estar a dividir por tantos anos.” -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** apresentou o seguinte documento: “Uma decisão da Câmara de 15 de Outubro, que aliás revoga decisão de 24 de Setembro, chega agora à

Assembleia Municipal porque, nas condições adoptadas, se verificou ser necessária a autorização deste órgão deliberativo. -----

Entretanto, por outras circunstâncias – que aqui não quero trazer – vi-me de certo modo envolvido neste processo. -----

Nada a ele tenho a obstar, por vir responder a uma afirmada necessidade, e até haver a intenção de potenciar o aproveitamento social das viaturas, mas gostaria de acrescentar que não podem estes casos estar dependentes do zig-zag das decisões que o Senhor Presidente entenda tomar e alterar sem a menor consideração por outros eventuais parceiros daquela a que tantas vezes se dá o nome de sociedade civil.” -----

----- Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO – 2008. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezanove mil oitocentos e vinte e cinco, datado de onze de Dezembro, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia dez daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea d), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de 11 de Janeiro, a autorização necessária para contratação de um empréstimo a curto prazo, a contratar pelo montante de um milhão, seiscentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros (1.689.455,00€), a vigorar no ano económico de dois mil e oito. -----

----- Foram ainda remetidas as propostas apresentadas pelas instituições financeiras consultadas e bem assim cópia do quadro-resumo das condições propostas pelas mesmas – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.04 – TOMADA DE CONHECIMENTO RELATIVAMENTE AO CONCURSO PÚBLICO PARA ESTABELECIMENTO DE UMA PARCERIA PÚBLICO/PRIVADA PARA CONSTRUÇÃO DE NOVO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número vinte mil cento e sessenta e dois, datado de dezoito de Dezembro, do ano dois mil e sete, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia dezassete daquele mesmo mês, informando este órgão deliberativo de que o prazo para apresentação das propostas relacionadas com o procedimento acima citado, findou no dia onze de Dezembro, do ano em curso, não tendo dado entrada nos serviços qualquer proposta. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

02.05 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, não se verificando, porém, qualquer pedido de intervenção. -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelo Primeiro Secretário. -----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO